



COLEÇÃO
Documentos da
AMAZÔNIA

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

O DESCOBRIMENTO DA **AMAZÔNIA**

[DOCUMENTO Nº 149]

CULTURA



Edições
Governo do Estado



COLEÇÃO
Documentos da
AMAZÔNIA

O descobrimento da Amazônia

Documento N.º 149



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

GOVERNADOR DO AMAZONAS
Omar Aziz

VICE-GOVERNADOR DO AMAZONAS
José Melo

SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA
Robério Braga

SECRETARIA-EXECUTIVA
Elizabeth Cantanhede
Mimosa Paiva

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LITERATURA
Antônio Ausier Ramos

CULTURA
Secretaria de Estado

Av. Sete de Setembro, 1546
69005-141 – Manaus-AM-Brasil
Tels.: (92) 3633-2850 / 3633-3041 / 3633-1357
Fax.: (92) 3233-9973
E-mail: cultura@culturaamazonas.am.gov.br
www.culturaamazonas.am.gov.br

Arthur C ezar Ferreira Reis



COLEÇÃO
Documentos da
AMAZÔNIA

O descobrimento da Amazônia

Documento N.  149

CULTURA



Edi es
Governo do Estado

Copyright © Secretaria de Estado de Cultura, 2012
Neste texto foi mantida a grafia original da época.

Coordenação Editorial
ANTÔNIO AUSIER RAMOS

Capa
ROBERTO LIMA

Projeto Gráfico e Diagramação
GRÁFICA ZILÓ LTDA

Revisão
SERGIO LUIZ PEREIRA

Normalização
EDIANA PALMA

Catálogo da Fonte

R375d Reis, Arthur César Ferreira.

O descobrimento da Amazônia. / Arthur César Ferreira Reis. – Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2012.
28p. ; 14x21cm. – nº 149 (Coleção Proarte Literatura).

ISBN 978-85-65409-06-3.

1. História. 2. Amazônia – Exploração – Descobrimto.
I. Título. II. Série.

CDD 981.13
CDU 94(811.3)



*Somos um Amazonas cheio de orgulho da
nossa gente, de nossas raízes, de nossa extraordinária
vida cultural. Cada vez mais vamos investir no
grande potencial da nossa cultura, na capital e no
interior, com o foco na geração de oportunidades
para novos talentos.*

Omar Aziz

Mensagem proferida pelo governador Omar Aziz à
Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas em
fevereiro de 2011.



O presente opúsculo encerra a brilhante conferência proferida na Associação Comercial do Pará pelo Dr. Arthur César Ferreira Reis, por ocasião das festividades com que nossas entidades culturais celebra a passagem do Quarto Centenário do Rio Amazonas.

Fazendo-o publicar o Deip cumpre seu programa de divulgação cultural, ao mesmo tempo que presta uma contribuição preciosa, dado o valor do trabalho, a esse movimento de compreensão e de civismo com que o Pará festejou o feito de Orelana.

APRESENTAÇÃO

Poucos brasileiros estudaram tanto a sua terra quanto Arthur Cézár Ferreira Reis. Estudaram e ensinaram sobre ela. Arthur era professor por excelência, amazonólogo festejado internacionalmente, figura que se impôs no cenário das letras, no magistério, no serviço público federal, e que, sem esperar, se viu escolhido governador do Amazonas quando do movimento militar de 1964, escolhido diretamente pelo presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, de quem era amigo.

Sua bibliografia é vasta e sua contribuição às letras e à gestão cultural no Amazonas também expressiva. Dinâmico, com autoridade no campo da pesquisa regional e na defesa intransigente da Amazônia para o Brasil e os brasileiros, é autor cujos livros, artigos, plaquetas e conferências não podem faltar nas estantes dos jovens e dos estudiosos mais exigentes.

Este opúsculo sobre “O descobrimento da Amazônia”, com base em alongada pesquisa que sustentou obra de fôlego de sua autoria, é resumo apropriado para leitura por estudantes, para trabalhos escolares, mas também para pistas objetivas que servem a pesquisas mais alongadas.

A presença de obras de Arthur Reis nas Edições Governo do Estado, na verdade por ele iniciadas em 1965, quando de seu governo, enriquece a nossa coleção e enobrece o rol de autores, mas, sobretudo, permite a um maior número de pessoas conhecer o pensamento do professor Arthur Reis sobre o cenário político e social em que se deu a empresa da conquista espanhola e a constituição do chamado país das amazonas.

Trata-se de conferência – uma das muitas conferências de Reis – proferida na Associação Comercial do Pará na passagem do quarto centenário do rio Amazonas, lançado originalmente pelo Deip – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda que servia ao regime varguista como órgão de promoção e divulgação do governo, e que somente poucos bibliófilos conhecem. Por isso a vulgarização que agora se faz.

Robério Braga

O SÉCULO 16

Assinalou-se, na história da civilização, como um ciclo de profundas transformações que granjearam, para a humanidade, as venturas materiais que a economia nova proporcionou, o esplendor espiritual do renascimento, o fortalecimento da fé em face da desordem do luteranismo e a extensão de um ecúmeno que os antigos não tinham atingido e a Idade Média como que apenas vislumbrara em meio a seus desvaneios experimentais e culturais.

Compreendido em todo seu vigor, em toda sua plenitude, em suas particularidades admiráveis, em seus contornos tão pitorescos, esse século 16 abriu perspectivas e possibilidades que nenhum outro prodigalizou. Século de transição, querem uns; século que explica todas as conquistas de que se orgulhasse o homem moderno, século, conseqüentemente, que pode e deve ser entendido, assinala Henri Hauser naquela deliciosa e profunda monografia acerca de “La modernité du XVI^{me}. siècle”, como “uma prefiguração de nossos tempos”, foi com ele que o Novo Mundo se ofereceu à humanidade europeia como o espaço gigantesco onde experimentar capacidades de criação social, econômica e espiritual e onde fundar o império americano que continuaria, séculos mais tarde, as tradições mais nobres da civilização que esponto com o classicismo latino-helênico e se purificou com o cristianismo.

Sua significação histórica impressionante, fundamental, não implica uma negativa à civilização medieval e uma exaltação à civilização clássica de Roma e Héliade. Porque no século 16, evidentemente, encontramos raízes clássicas e raízes medievais. Como que ele ajusta a imponência de Héliade e Roma à espiritualidade e à disciplina do Medievo. Ao mesmo tempo que alarga a visão do homem, indica-lhe horizontes iluminados, traça-lhe rumos novos.

Com ele, já dissemos, que começou a experiência do Novo Mundo. Portugueses e espanhóis, jogando uma partida difícil, estiveram para dominar e para guiar a Europa com os recursos do Oriente e o Novo Ocidente garantiam dadivosamente. Multidões, sequiosas de bem-estar material, ardendo por conquistar as riquezas desses colchidas renovadas com tanto estrépito, sacudiram-se para leste e oeste. Não mediram distâncias. Não mediram temperaturas. Não mediram perigos. Não mediram extensão da ousadia que as conduzia à empresa portentosa. E numa espetacuríssima jornada, aventuraram por mares encapelados, porfiaram com homens desconhecidos, jogaram a sorte

com um destemor que dá bem o tom vivíssimo da época e dos povos. Oriente e Ocidente, aos pouco, foram sendo revelados. O missionário, o mercador, o viajor avisado, de par com a missão que lhes guiava as passadas, descreveram as terras novas, os hábitos, as riquezas, fazendo uma literatura de pitorescos e exageros.

E por meio das páginas desse descritivo, um lendário interesse, que os olhos maravilhados do europeu imaginou ou que o homem da terra desvendada transmitiu, alegre na patrana mirabolante com que ludibriava a ingenuidade do ibérico maravilhado e insatisfeito. Com o ciclo da heroicidade, que se abre o desbravamento e a conquista das florestas americanas, um ciclo de imaginosa geografia, que acreditava em ilhas fantásticas, mares tenebrosos, terras de pigmeus e gigantes, fontes da eterna juventude, sete cidades encantadas, virgens do sol que permitiriam o episódio das amazonas da Capadócia, serras da prata, país do dorado, lagos onde dormia o sol, ciclo de mitos que Enrique de Gandia examinou com um luxo de pormenores verdadeiramente notável e uma das páginas mais saborosas e menos dramáticas da epopeia que foi a europeização das culturas das Índias Ocidentais.

Como o século 16 e dentro desse ciclo mitológico, parte integrante das Índias Ocidentais revelou-se um mundo diferente dos outros mundos que estavam sendo desvendados. Mundo de florestas e águas como nenhum outro da América. Mundo de particularidades que as divisões políticas de séculos adiante não poderiam alterar. Mundo que seria essa Amazônia de brasileiros, equatorianos, peruanos, bolivianos, colombianos e venezuelanos, pedaço de singular feição no quadro fisiográfico e humano do espaço americano.

A CONQUISTA ESPANHOLA

Começou pela região insular, que serviu de base para a investida sobre o continente, rumo norte, rumo sul. A irradiação lusitana saiu diretamente de Lisboa, para caminhar durante o século 16 ao longo da costa leste-oeste. Na irradiação lusitana, os maiores choques foram contra os grupos e a mercancia de concorrentes europeus que imaginavam apoderar-se suavemente do litoral brasileiro. Na conquista espanhola, os empenhos militares ocorreram entre os cristãos que eles representavam e as hostes aguerridas dos povos nativos, que tentavam, dentro de seus recursos bélicos, materiais, barrar a penetração do estrangeiro que lhes trazia um domínio que não tinham solicitado e contra o qual sempre protestaram violentamente.

A conquista espanhola, atingindo o Pacífico, desceu sobre a costa sul. E com os treze da ilha do Galo, à frente deles Francisco Pizarro, que contratara. Duma operação mercantil bem definida pelos historiadores, com Hernando de Luque e Diego Almagre, chegou ao Império que os incas haviam estabelecido após a conversão dos povos que aceitaram sua cultura espiritual e material, Império que vinha de Quito ao Biu-biu, no Chile atual, com infiltrações bem provadas pela chamada “hoya amazonica”.

A instalação do domínio espanhol nesses pontos tão distantes do centro das operações iniciais, façanha que ninguém ignora em seus detalhes mais fortes e dramáticos, garantiu de logo, mesmo com os incidentes sangrentos a que deu margem e mereceu a censura das demais nações que fazia concorrência à Espanha, um espaço imenso e uma riqueza paradisíaca aos homens que o haviam realizado. Dizemos que garantiu aos homens que a haviam realizado. Porque façanha de iniciar particular, como, aliás, foi em grande maioria toda a empresa da descoberta da conquista das Índias Ocidentais, desses lucros imensos o tesouro do Estado espanhol não usufruiu as somas que a imaginação romântica de muita gente desparelhada de conhecimentos históricos afirma.

Essas riquezas que o Império do inca assegurou aos conquistadores não satisfizeram. Ardendo por novos achados auríferos, os espanhóis não se cançavam em jornadas descobridoras. O fabulário ameríndio indicava a existência de terras que eram sedução permanente como aquelas do lendário oriental: o país da canela e o país do Dorado.

Combatendo aqui, descobrindo ali, investindo pelo desconhecido, terçando armas entre si, procurando atingir a glória e a fortuna, os espanhóis da conquista peruana singularizaram-se pela mobilidade e pela intensidade de ação. Pois se em menos de uma década haviam tocados todos os extremos do Império, assentando cidades, plantando marcos de domínio, estabelecendo disciplina entre as nações que tentavam embarçar-lhes a encaminhada, iniciando penetração mais ousada sobre os setores mais distantes! Se o Vice-Reinado em formação já envolvia o Peru, propriamente dito, e o que viria a ser o Chile, Bolívia, Equador!

Foi, porém, a notícia do País de Canela e do Dorado a que mais encandescceu o ânimo do conquistador para a entrada à floresta que se alongava além Andes em direção a leste-sul-oeste. E tanto assim, que, Francisco Pizarro concedeu a honra da empresa ao irmão Gonzalo, como ele um aventureiro com todos os defeitos e virtudes que exornavam os soldados do cometimento americano. Ano de 1539.

Gonzalo Pizarro, a essa altura, trabalhava na fundação da cidade de La Plata, entre os Charcas, que legariam o nome à Audiência de cujos distritos saíam a República de Bolívia. Recebera um “repartimento”, concedido pelo irmão, pagamento a serviços prestados na guerra que findara havia pouco contra a gentildade agressiva. Desejando aumentar na família o prestígio como senhora de imensidades territoriais, renunciara Francisco Pizarro em favor de mano Gonzalo o governo do reino de Quito. Gonzalo, senhor já de Charcas, aumentava seu patrimônio com as terras da antiga capital política do inca. Aceitaria, em consequência, a direção da entrada, que impunha perigos, escondia surpresas e podia falhar nas consequências mercantis que a animava?

Gonzalo Pizarro, já afirmamos, era uma têmpera tão decidida como a do irmão e dos demais soldados do cometimento americano. No guerra contra os Charcas revelara-se um capitão do mesmo estulo vigoroso dos outros comandantes da conquista. Ao convite para dirigir a descoberta, não sentiu hesitações. Os proventos seguros que Charcas e Quito lhe asseguravam não lhe tiraram o ânimo aventureiro. O fracasso de outros capitães, que se haviam avisinhado das zonas onde operaria, não seria razão suficiente para que duvidasse do êxito de seu desempenho. Os Pizarro não tinha medo e sabiam vencer sempre. Todas as campanhas em que se empenhavam valiam-lhes triunfos totais, mesmo à custa de companheiros e com sacrifício de certas virtudes. Comparecendo à presença de Francisco, em Cuzco, Gonçalo

aceitou a incumbência, que lhe valeria maiores títulos a juntar aos de que já se orgulhava. Ano de 1539.

A distância entre Quito e Cuzco estima-se em quinhentas léguas. Quinhentas léguas através de dificuldades que a natureza oferecia ou que o gentio criava, teimoso em seu ódio ao estrangeiro invasor. Gonzalo, como que ignorando a distância e a irritação dos nativos, fez-se de marcha. Combateu vários encontros com os bandos indígenas. Foi o vencedor. Alcançou Quito. Já preparado para uma ação militar. Porque o governador de Quito, Pedro Puelas, talvez não quisesse entregar o posto. Entre os conquistadores, era quase sempre pelas armas que nessa fase decidiam das posições de governo. Pedro Puelas, todavia, não criou embaraços, passando, ao contrário, a colaborar com Gonzalo.

Os preparativos para a jornada, Gonzalo já os vinha fazendo desde Cuzco, onde equipara mais de duzentos veteranos das empresas descobridoras. Cem a cavalo; os demais, infantis. Em Quito, deu os retoques finais. Engajou mais soldados e mobilizou as multidões indígenas que obedeciam à vontade dos europeus. Um total de 340 soldados, dos quais 150 cavaleiros, mais de 4.000 nativos, 4.000 cabeças de porcos e ovelhas, além de um equipamento constante de ferro, machetes, sogas, cânhamo para clavação de embarcações. Os mantimentos e esse outro material seguiam no lombo de lhamas e na cabeça do gentio. Os guias eram gente experiente nas entradas sertanistas. Os nomes mais ilustres, nesse particular. Como mestre de campo, Gonzalo escolheu Antonio de Ribera; como alferes-general, Juan da Acosta. Dois tipos de relevo no cenário da conquista. Por fim, completando a expedição, mais de uma centena de cães de caça, para as eventualidades dos ataques do gentio, quando os molossos prestariam serviços atacando os povoados e estraçalhando os que procurassem dificultar o passo ao conquistador.

No natal de 1539, Gonzalo e sua gente largaram de Quito. Já escrevi uma feita: “Verdadeira cidade em marcha, superior às bandeiras paulistas dos séculos XVII e XVIII”. Mas do tipo das expedições que os espanhóis costumavam lançar sobre as terras que buscavam para aumento do patrimônio do Império dos Austrias afortunados.

Aqui, ali, acolá, tiveram de bater-se contra os homens das selvas, que não se arreceavam em atacar o invasor. Na Província dos Quijos, entre os rios Curaray e Napo, feriu-se um dos encontros mais fortes, conquanto as consequências não tivessem sido por demais lamentáveis. A vitória, aliás, conseguiram-na por conta do pavor que os atacantes sentiram ao verificar que os espanhóis marchavam montados, o que aos seus olhos assegurava

aos invasores uma condição sobrenatural. Fora a montada do espanhol um elemento de êxito na campanha do México. Fora a montada de um êxito na campanha contra o inca. Agora, fora dos limites do Império, era ainda a montada que assegurava facilidades à penetração.

Não haviam saído da Província dos Quijos, quando violento tremor de terra, seguido de relâmpagos, trovões e um dilúvio, quase fazia mangrar a expedição. Ouçamos um cronista: “tremeu a terra terrivelmente e se afundaram mais de sessenta casas e se abriu a terra por muitas partes. Houve tantos trovões e relâmpagos, e caiu tanta água e raios, que se maravilharam”. A água que caía, escreveu outro cronista, inca Garcilaso de la Vega, era tanta que “parecia que a deitavam a cântaros”. O ambiente já aí era estranho. Diferia evidentemente do ambiente peruano a que estavam habituados. A cordilheira andina ali estava, como que a barra, em sua altitude e em sua extensão, a caminhada. Seria um embaraço, realmente?

Gonzalo Pizarro e seus companheiros deliberaram atravessá-la, custasse o que custasse. Para tal, desfizeram-se do gado e de quase todo o equipamento. Um frio de intensidade desconhecida, conseqüente a tremendas geadas incessantes, ameaçava-os como tormenta impossível de vencer. Agasalhando-se com as vestimentas que traziam, puderam resistir. A indiada, todavia, padeceu horrores. E não se contou em número pequeno o dos nativos que ficaram mortos pelo gelo andino.

A região do Cumaco, pouco depois atingida e onde esperavam encontrar alimentos, situada nas fraldas de um vulcão que não fumegava mais, foi uma decepção. Porque nela não haviam desfeito à transposição dos Andes. Demais, durante dois meses que nela passaram, as chuvas continuaram incessantes, diárias, encharcantes, quase um imperativo para que os interrompesse a façanha. Se as roupas apodreciam! Se não havia abrigos suficientes e perfeitos! Se os homens como que sentiam os membros parados, impossibilitando-os para qualquer ação! A jornada, todavia, não mangrou. Os que a compunham não sabiam o que fosse uma hesitação. Demais, Gonzalo veio para triunfar. E queria triunfar.

É preciso que saibamos, a essa altura, que o vale do Cumaco ou Zimaco, como outros preferem grafar, era o buscado País da Canela. As caneleiras contavam-se por muitos milhares de exemplares. Mas não tinham sido uma lavoura feita pelo homem. E como toda a espécie florestal da Amazônia, espalhavam-se por uma área imensa, mas uma árvore aqui, outra ali, outra mais além. Nada de avenidas, de floresta unicamente daquele gênero, que permitisse a colheita imediata, intensa

e lucrativa. Uma desilusão, que feria fundo os objetivos da empresa, comprometendo-a quase fadando-a a fracasso.

Gonzalo Pizarro ainda dessa vez não quis ceder. E deixando no povoado que fundou parte de sua gente, com ordem para refazer-se e perseguir no seu encalço, continuou a penetração. Buscava mantimentos e o País do Dorado. Fazia calor. Os guias indígenas mentiam, arrastando-o para sítios ermos, ou de uma pobreza impressionante. As punições eram terríveis: pasto aos cães, ou morte pelo fogo. A fome não cessava. A aventura entrava em seu ato mais dramático. Porque houve necessidade de comer cavalos, cães, ervas, raízes, frutos silvestres. Muitos ficaram loucos, depois de devorar raízes venenosas. Outros faleceram sentindo dores lancinantes. Ao todo, nesse instante, duzentos espanhóis fora da luta. Seria o fim?

Gonzalo não cedeu. Era um Pizarro. E como tal, não cederia como não tinha cedido seus outros irmãos em conjunturas tão difíceis como as que ele experimentava agora. A caminhada continuou. À margem do Coca, o cacique Dalicola emprestou-lhe colaboração efetiva e eficiente. Refeito das fadigas e provações alimentares, presseguiu. Rumo ao desconhecido. Sempre sofrendo desenganos. Sempre sem que lhe chegasse ao conhecimento o local preciso do País do Dorado. Sempre encontrando nativos em condições de vida mais rústicas. Diferindo em tudo daqueles admiráveis incas do Império, de cujas fronteiras já se distanciara mais de cem léguas.

Mais uma vez, a fome obrigou a comer solas de sapatos, cintos, que provocavam náuseas, desisterias, manifestações doentias que abriam claros nas fileiras já bastantemente diminuídas da expedição. Um bergantim e quatro canoas tinham sido construídos para navegação nas águas do Coca, afluente do Napo. Nessas embarcações, viajava parte do pessoal, principalmente os doentes. O outro grupo, por terra, procurava acompanhar os barcos, tentando a descoberta de uma região que os nativos afirmavam rica em matéria alimentícia. Nenhum vestígio, todavia, desse mundo encantado aparecia, que restaurasse o ânimo que estava fugindo.

Na construção das embarcações, o técnico fora um lugar-tenente de Gonzalo, de nome Francisco Orelana. Revelara capacidade. Revelara qualidades diretivas. Revelara entusiasmo para a jornada fluvial que começava. Por que não encarregá-lo de uma pesquisa ao longo do curso que singrava? Gonzalo Pizarro media a situação que requeria uma decisão enérgica e decisiva, decidiu mandar Orelana. Fiava-se mais uma

vez no noticiário dos índios: distante apenas dez sóis, na embocadura do Coca com outro rio, que seria o Napo, havia terras lavradas, comestíveis, enfim, para mitigar os sofrimentos dos jornadaeiros. Fiava-se nas virtudes que descobrira em seu lugar-tenente.

Orelana, com cinquenta e quatro homens de tripulação, dois negros remeiros os religiosos frei Gaspar de Carvajal e frei Gonzalo de Vera, desceu o Napo. Tinha ordens de encontrar os alimentos, regressar ao ponto de partida. Na confluência do Coca com o Napo, não se lhe deparou com vestígios humanos de nenhuma natureza. Os enfermos aumentavam seus sofrimentos. Os sãos pesaram as circunstâncias. Retroceder? Andar para a frente? A dúvida realmente era desconcertante. Frei Gaspar celebrou missa. Dia 1.º de março de 1542. Seria a primeira missa celebrada no vale amazônico? Depois, celebrou-se conselho de grandes e pequenos, para decidir da situação. Volver atrás parecia perigoso “pela força da correnteza, e tentar ir por terra era igualmente irrealizável”, escreveu depois frei Gaspar. “Estávamos em grande perigo de morrer da grande fome que padecíamos e assim, buscando o conselho do que se devia fazer, comentando a nossa aflição e trabalhos, resolveu-se que escolhêssemos de dois males aquele que o capitão e a todos nós, parecia o menor, e foi ir por diante, seguindo o rio: ou morrer ou ver o que nele havia, confiando em Nosso Senhor que se serviria por bem conservar as nossas vidas até ver o nosso remédio”.

Orelana exigiu, porém, que lhe jurassem obediência. Aceitando o requerimento para continuação da viagem, dado que os companheiros o responsabilizavam por qualquer desastre que ocorresse se não prosseguisse como chefe, enfrentou os mistérios da Amazônia que desvendava. O espírito de aventura era mais forte nele e nos companheiros que o sentido da obrigação?

Passando do Napo ao Marañon, seguindo as águas deste, rumo leste, recebido bem num povoado, mal em outro, encontrando recursos num ponto, padecendo as aflições da fome por vezes, Orelana foi descobrindo a embocadura de quantas cordas d’água engrossam o Marañon, o Solimões, o Amazonas. Por onde passou em paz, celebrou aliança com os chefes nativos. Levantou cruzeiros e padrões significando a posse que tomava para a coroa espanhola e para a Igreja de Cristo. Frei Gonzalo e frei Gaspar pregavam durante as solenidades religiosas.

Em maio, começaram a atravessar a Província de Machifaro. Ficaram para trás a de Aparia, onde construía outro bergantim, de maiores proporções. Ao longo do rio, em certos trechos, deparavam-se-lhes

povoações enormes, quase seguidas. Milhares de índios surgiam-lhes à vista, em terra ou tripulando verdadeiras flotilhas. Uma feita, num total de oito mil, tripulando 130 ubás, tentaram assaltar os bergantins. Aliás, em toda a Província de Machifaro, os perigos foram sem conta e houve mesmo oportunidades tão sérias que Orelana e os seus sentiram a morte chegar-lhes de um momento a outro.

Na Província dos Omáguas, a força da campanha que padeceram atingiu tais proporções que os bergantins tinham de “ir pelo meio do rio”. Estavam, evidentemente, em pleno Solimões, onde vivia a gente Omágua, que ensinaria, dois séculos mais tarde, La Condamine a utilização do leite da seringa.

A 3 de junho, passavam à embocadura do rio Negro; a 10, a do Madeira. Navegavam pelas águas do Amazonas. Às sensações primárias e simplistas da viagem, juntavam-se a todo instante as surpresas ante a grossura, o volume das águas, a imensidade dos núcleos humanos, a densidade populacional, o típico das massas gentílicas, o multiforme, agressivo e, ao mesmo tempo, pitoresco da vegetação, a riqueza da fauna, as mil novidades que o vale lhes apresentava impondo espanto, admiração, êxtases.

Ainda na Província de Aparia, deram-lhes notícia de jazidas de ouro, prata e dum reino de mulheres. A 22 de junho de 1542, quase à embocadura do Nhamundá, necessitando gêneros alimentícios, procuraram aproximar-se de uma aldeia. Recebidos a flechadas, bateram-se com vontade. A experiência dos entreveros anteriores bastava para decidir do êxito desse encontro. Sabiam, pelo que os índios das malocas anteriores haviam dito, que estavam nas dependências das mulheres guerreiras. Ardiam por encontrá-las. Se de centenas de léguas vinham nativos, vencendo mil perigos, conhecer o reino dessas evas de natureza tão estranha!

Em meio ao entrevero, quando mais acesa ia a luta, notaram, entre os guerreiros, mulheres que participavam da refrega, com uma impetuosidade assinalável, com uma energia incompatível com o gênio das mulheres. Seguramente eram membros da esquisita organização tribal de que tanto se falava. “Branças, altas, com abundante cabeleira, membros desenvolvidos”. Dando ares de comandantes dos grupos de varões.

Orelana aprisionara pouco antes um indígena, que lhe falara coisas espantosas acerca da terra, das águas e das gentes. Ouvindo-o circunstanciadamente conseguira detalhes sobre as mulheres guerreiras,

seu sistema de vida, sua organização tribal, suas ligações amorosas, com os homens de outras famílias indígenas, o nome de sua condutora Conhory. Por toda parte era o mesmo noticiário. Procurando o País do Dorado, Orelana encontrava o País do Amazonas. Seria verdadeira aquela história que não cessavam de lhe narrar com maior ou menor luxo de pormenores?

Às águas volumosas que estavam cortando, Orelana começara a chamar de rio Orelana. Queria o nome imortalizado, ligando-o à massa fluvial que seguramente não encontraria outra em trecho algum do ecúmeno. Ante, porém, a aventura de agora, não seria mais próprio de um homem da renascença a mudança do nome para rio das Amazonas?

As Amazonas tinham vivido, segundo os autores clássicos, na Capadócia. Cortavam um seio para manejar facilmente as lanças nas guerras que eram obrigadas a sustentar com os homens. Andavam a cavalo. Amazos significava sem seio. Por extensão, passara-se a dor a todas as mulheres cavaleiras o nome de Amazonas. As guerreiras com que se batera não montavam. Embora, como as varonis guerreiras da Capadócia, viviam fora do domínio dos homens. Combatiam em defesa de seus direitos. Como as outras, no Oriente, se tinham cercado da admiração e do respeito de todas as tribos amazônicas. O nome de rio das Amazonas ficava bem. E Orelana esqueceu a designação anterior, preferindo a homenagem cavalheiresca que consagrava às heroicas evas que Conhory governava.

Até o Atlântico, a derrota da viagem se processou por entre os incidentes semelhantes aos que já registramos. Afinal, a 24 de agosto de 1542 começaram a sulcar as águas salgadas, rumando, em novo bergantim, para a ilha de Cubáguá, de onde se transportaram para Espanha. Na baixada, de Quito à boca do rio, dois anos e oito meses...

Carlos V ouviu, em Valadoli, a narrativa da proeza. Gonzalo Pizarro, tendo regressado a Quito, endereçara a S. Majestade uma denúncia contra Orelana. Falava-se em que Pizarro lhe entrega ouro, pedras preciosas, de que se apoderara, além da traição que cometera, deixando os companheiros em caminho sem os recursos alimentares que fora buscar.

Orelana apresentou uma relação da viagem. Documentou-se. Explicou que além de ter sido obrigado pelos companheiros a continuar a jornada, sem regressar ao encontro de Pizarro, tentara fazer que alguns voltassem a comunicar a Gonzalo a decisão dos companheiros. Explicou a infrutífero de seus esforços para a obtenção de comestíveis, dada a

pobreza da região que se lhes pintara como um celeiro dadivoso. Carlos V amava os homens decididos que sabiam resolver, que sabiam decidir e venciam pela ousadia das empresas. Orelana impusera-se pela serenidade, pela façanha que realizara, pelo mundo novo que descobrira e de que se empossara para a coroa espanhola, a aumentar sempre. Por que, pois, ao invés de uma punição, não conceder ao conquistador um prêmio?

Os outros descobridores e conquistadores eram melhores, nas atividades, que Orelana? Na hora aguda da aventura pelos mares e terras misteriosos do Novo Mundo, seria conveniente apurar de certos gestos dos que andavam porfiando por Espanha e pelos Austrias? As terras e águas descobertas não precisavam ser utilizadas imediatamente? E quem, senão Orelana, para o cometimento? Demais, depois dos esclarecimentos que ele próprio trouxera, podia alguém, em sã consciência, acusá-lo de traição?

E Carlos V, agindo com os poderes absolutos que possuía e não cedia ante mesmo à vontade soberana dos vários reinos de seu vasto império ibérico, que se unificava politicamente sem grandes raízes que o eternizassem, ao invés de penalidade, impôs a Orelana novas obrigações como Adelatro, Governador y Capitan-General da “Nueva Andaluzia”, nome que foi então atribuído ao vale das grandes águas sul-americanas. Entre outras obrigações, Orelana devia prover de todos os recursos, de sua fazenda, a expedição que se lhe encomendava, na qual levaria oito sacerdotes, encarregados dos officios religiosos e da obra de conversação das populações de “Nueva Andaluzia”.

Convém assinalar aqui que Orelana não era um pobretão. Possuía recursos, conquanto tivesse deles afastados, pois deixara-os, segundo alegava, em mãos de Gonzalo Pizarro. Se para juntar-se a Gonzalo, perto de Quito, ao tempo inicial da jornada, armara soldados gastando alguns milhares de pesos ouro! Evidentemente, não era um pobretão.

Na nova jornada, a sorte, que o bafejara antes, ausentou-se. Ainda em viagem, no Atlântico, perdeu embarcações. A darmos crédito no que constatarem cronistas da época, sem conseguir fundar um núcleo, sem conseguir plantar mais um padrão, veio a falecer nas águas de seu rio das Amazonas. Ano de 1546. Provavelmente mês de novembro.

AS EMPRESAS DA AMÉRICA

Apresentam um sentido econômico que não tem sido evidenciado em toda sua magnitude. Realizadas, objetivando a conquista de riquezas, que nem sempre se representaram no ouro, na prata ou nos outros gêneros que se tinham encontrado no Oriente, mas nas especiarias, em que o Novo Mundo foi tão pródigo, na jornada ao País da Canela e ao Dorado essa intenção ficou perfeitamente definida. Porque Pizarro não se lançava à floresta tropical amazônica com ânimo decidido a conquistar apenas títulos heroicos, mas o domínio de uma região que asseguraria fortunas imensas aos que a descobrissem e dominassem. No episódio de Orelana, verificada a existência de infinitas riquezas nas terras marginais do Amazonas, riquezas que frei Gaspar do Carvajal descreveu com minuciosidade verdadeiramente exageradas, mas dentro do estilo de todas as crônicas que registravam os feitos dos descobridores e conquistadores, Carlos V mandou-o vir explorar a especiaria identificara em sua baixada sensacional. O sentido econômico, evidente.

Nas empresas da América, houve, porém, ao lado do sentido econômico, um sentido heroico que ninguém ignora e em torno do qual já se escreveu uma literatura copiosa. O feito de Orelana, nesse particular, tem mesmo acentuado vinco de heroicidade. Porque entreverando destemerosamente pelo misterioso que sempre apareceu a Amazônia, que a Eurpóra, por seu intermédio, cortava de oeste para leste pela primeira vez, soube portar-se como os grandes soldados que inscreveram o nome nos fastos mais vivos da conquista do Novo Mundo. Na galeria dos vultos eminentes que foram Cortez, Francisco Pizarro, Diego de Almagro, Jimenez de Quesada, Sebastião de Benalcazar, Pedro de Valdivia, Balboa, Alvarado, Coronato, cujos gestos lhe asseguraram a admiração da posteridade, que neles viu gestos heroicos, por que não enfileirar também Francisco Orelana? Sua jornada não teve um sentido profundamente heroico?

O descobrimento do Amazonas por Francisco de Orelana deve ser entendido também como um capítulo da revolução geográfica que abalou os conhecimentos do homem e lhe assegurou novas possibilidades e perspectivas de vida. Antes do feito de Orelana, a geografia do Novo Mundo, já então constituindo uma assombrosa novidade, apenas esclarecia acerca das extensões literâneas. Do interior do continente, sabia-se pouco. E esse pouco relativamente ao Império Incaico, a pequenos trechos platinos, a pouco mais. A vasta hinterlândia



sul-americana continuava “tierra no descubierta”, espaço gigantesco sobre que reinava unicamente o mito gentio desconcertante.

Orelana, cortando o vale em toda sua extensão, descrita pormenorizadamente a viagem por frei Gaspar de Carvajal, nesse livro saboroso e ingênuo que é a *Relacion del nuevo descubrimiento del famoso Rio Grande que descubrio por muy grande ventura el capitan Fracisco Orelana desde su nacimiento hasta salir á la mar*, abria aos conhecimentos geográficos da América novos horizontes. Proporcionava notícias inéditas. Revolucionava, de certo modo, como outros o haviam feito para os demais setores das Índias de Castela. Criava uma página nova na geografia que os descobridores e conquistadores estavam escrevendo na geografia física, política, econômica e humana no século 16. Se revelava a Amazônia, a “última página do Gênesis!”.

O PAÍS DAS AMAZONAS

E o País do Dorado, que Orelana procurou, foram criações interessantes da imaginação do gentio, aceitas sofregamente, como todo o conjunto bem rico de mitos ameríndios, pelo europeu que não me canso de afirmar um ingênuo em face dos quadros estonteantes por que o Novo Mundo se lhe apresentava no ciclo colombino.

Os estudos a que os etnólogos e historiadores procederam, examinados minudentemente por Enrique de Gandia, não deixam margem de dúvidas. O Dorado monarca que vivia na cidade de Manoa, onde até a pavimentação das ruas era trabalhada a ouro, localizado em vários cantos da Sul-América, desde a região platina ao vale rio-branquense, jamais existiu. Como a Fonte da Eterna Juventude, que Juan Ponce de Leon procurou em vão na Flórida; a Árvore da Vida, de que os nativos do Orenoso falavam; a Serra da Prata, que arrastou ao coração do Chaco os conquistadores do Paraguai. A região aurífera talvez fosse o mundo potosino ou a montanha mineira, tudo fruto da excitação que alimentava o espanhol, sequioso pela fortuna imensa em que lhe diziam ser tão pródiga a América.

As Amazonas, fruto também da criação do nativo e da excitação mercantil do conquistador e descobridor, sugere, com bons fundamentos, Enrique de Gandia, que fosse apenas um grupo, estabelecido no Nhamundá, integrante de muitas mil mulheres pelas terras do Império deviam manter os cultos, zelar pelas riquezas do Estado, satisfazer as necessidades dos exércitos em campanha, isolando-se, todavia, dos homens. O contato amoroso, ainda dentro do sistema social quíchua, que exigia que os filhos varões fossem entregues aos pais, ficando as filhas em poder das mães. No caso das Amazonas de Orelana, pelas notícias dos nativos corria exatamente assim. Gandia, muito serenamente, depois de uma investigação minudente, concluiu que elas eram, como já dissemos acima, um grupo isolado na Amazônia. Na realidade, sequentemente, nada de mulheres guerreiras do tipo das mulheres da Capadócia.

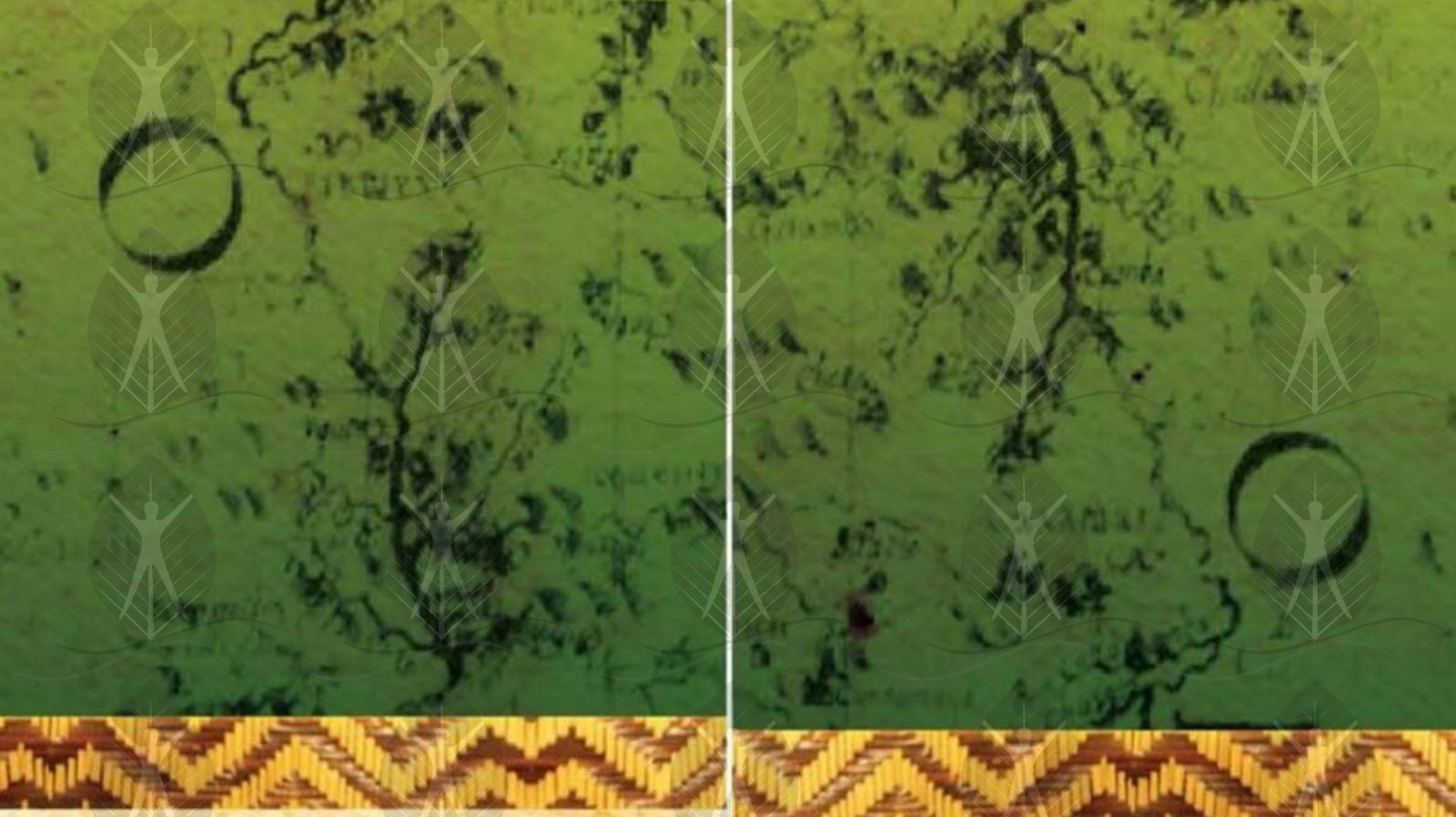
O DESCOBRIMENTO E A CONQUISTA DA AMÉRICA

Criaram, nos quadros sociais, uma série interessantíssima de tipos, que se afirmaram pelas atitudes militares, pelos gestos maneirosos, pela capacidade econômica, pela plasticidade porque souberam aceitar as realidades gritantes do novo ambiente, a que vieram em nome de uma civilização imperialista. Esses tipos foram: o conquistador, o adelantado, o encomendero, o missionário, o senhor de engenho, o bandeirante, o rendeiro, o criador de gado, o capitão-mor, o peregrino, o pioneiro, o irmão da costa, o bucaneiro, o “courrier des bois”.

Orelana, nessa galeria de tipos que marcaram as horas iniciais do Novo Mundo, foi Conquistador e Adelantado. Conquistador à moda de Vasco Nunez de Balboa, que revelou o Mar del Sur, o Pacífico da denominação atual. Adelantado, à moda de D. Pedro de Mendonza, que instalou o domínio de Espanha no Prata, justamente o outro extremo que marcava a Portugal o limite de seu ultramar sul-americano. Conquistador, com jornada de 1539-1542, inscreveu-se entre os nomes mais altos da crônica da América. Com sua jornada, começava a história da Amazônia.



Este livro foi composto pela Gráfica Ziló LTDA para Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas, em Minion pro/kalinga no corpo 11/20 e impresso sobre papel offset 90g/m² em abril de 2012.



Assinalou-se, na história da civilização, como um ciclo de profundas transformações que grajeram, para a humanidade, as venturas materiais que a economia nova proporcionou, o esplendor espiritual do Renascimento, o fortalecimento da fé em face da desordem do luteranismo e a extensão de um ecúmeno que os antigos não tinham atingido e a Idade Média como que apenas vislumbrara em meio a seus desvaneios experimentais e culturais.

Compreendido em todo seu vigor, em toda sua plenitude, em suas particularidades admiráveis, em seus contornos tão pitorescos, esse século 16 abriu perspectivas e possibilidades que nenhum outro prodigalizou. Século de transição, querem uns; século que explica todas as conquistas de que se orgulhasse o homem moderno, século, conseqüentemente, que pode e deve ser entendido, assinala Henri Hauser naquela deliciosa e profunda monografia acerca de “La modernité du

XVI^{me}. siècle”, como “uma prefiguração de nossos tempos”, foi com ele que o Novo Mundo se ofereceu a humanidade europeia como o espaço gigantesco onde experimentar capacidades de criação social, econômica e espiritual e onde fundar o império americano que continuaria, séculos mais tarde, as tradições mais nobre, da civilização que esponto com o classicismo latino-helênico e se purificou com o cristianismo.

Sua significação histórica impressionante, fundamental, não implica uma negativa à civilização medieval e uma exaltação à civilização clássica de Roma e Hélade. Porque no seculo 16, evidentemente, encontramos raízes clássicas e raízes medievais. Como que ele ajusta a imponência de Hélade e Roma à espiritualidade e à disciplina do Medievo. Ao mesmo tempo que alarga a visão do homem, indica-lhe horizontes iluminados, traça-lhe rumos novos.

A conquista espanhola, atingindo o Pacífico, desceu sobre a costa sul. E com os treze da ilha do Galo, à frente deles Francisco Pizarro, que contratara duma operação mercantil bem definida pelos historiadores, com Hernando de Luque e Diego Almagre, chegou ao Império que os incas haviam estabelecido após a conversão dos povos que aceitaram sua cultura espiritual e material, Império que vinha de Quito ao Biu-biu, no Chile atual.





AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM

Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA